

CÂMARA MUNICIPAL
DA
COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 6-A/2013

Da reunião ordinária pública realizada no dia 20 de Dezembro de 2013, iniciada às 09:11 horas e concluída às 11:45 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	10
Agenda	10
Aprovação de Actas	10
Balancete	11
Despachos	11
DAG	12
DOP	15
DIL	19
DGU	19
DEASS	20
DCJD	21
Intervenção do Público	23
Aprovação em minuta	25
Votação das deliberações	25
Encerramento	25
Montante Global dos Encargos	25

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

ABERTURA

ACTA Nº 6-A/2013

No dia vinte do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, no Auditório Municipal da Covilhã, sito na Rua do Castelo, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Vitor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Nelson António Mendes da Silva, Maria Paula Albuquerque Figueiredo Simões e José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

II- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente propôs aos Senhores Vereadores que a primeira reunião do ano de 2014, marcada para o dia 03 de Janeiro, fosse alterada para o dia 10 de Janeiro, na segunda sexta-feira do mês, tendo em conta o período de Festas Natalícias e de Fim de Ano.

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Tomou da palavra o Senhor Vereador José Pinto referindo que tal como tinha referido na reunião anterior e como entende ter uma noção diferente do que é um Plano e Orçamento, discordando do Senhor Presidente, achou por bem mostrar aos presentes o tipo de Plano que é desejável para o Município da Covilhã, lendo e entregando aos serviços uma Declaração que fica apensa à acta.

Referiu que foi apenas um exemplo e que concorda que o Orçamento não é um documento definitivo, mas que não deve ser tão pouco pormenorizado como o que foi apresentado pelo executivo; “devemos ser inovadores e ter um compromisso diferente para com quem nos elegeu”, disse.

Comunicou também a sua perplexidade sobre uma situação ocorrida na passada quinta-feira, na recepção da Câmara Municipal da Covilhã, em que foi interpelado pela funcionária que aí se encontrava sobre o motivo da sua visita. Diz ter pensado que a Senhora não o conhecesse, ao qual ela afirmou que o conhecia bem e que tinha “orientações expressas do Gabinete do Senhor Presidente, que ninguém aqui pode entrar, nem que seja o Presidente da Republica, sem que diga onde vai!”; pensa que estas situações são de outros tempos, e que limitar o acesso a um Vereador, que até tem a chave do edifício, não é usual e pediu que fosse justificada a situação.

O Senhor Presidente esclareceu que as orientações dadas são para controlar minimamente o acesso ao edifício e aos serviços, para que não se possa entrar livremente e sem controlo, ao ponto de perturbar o normal funcionamento da Câmara, não se vedando evidentemente o acesso aos cidadãos e muito menos aos eleitos municipais, podendo neste caso ter existido um excesso de zelo ou uma interpretação deturpada de alguma directiva, como já anteriormente acontecia mas que, obviamente, os eleitos têm livre-trânsito para circular na Câmara Municipal, sem qualquer restrição; esta situação não pode passar de um equívoco, de uma má interpretação de uma ordem genérica que foi transmitida à Senhora Colaboradora; os Senhores Vereadores têm livre acesso ao edifício e aos serviços e os cidadãos em geral, também têm acesso à Câmara de forma condicionada, para que possam ser acompanhados e devidamente informados; trata-se de um lamentável equívoco e que irá providenciar que não se voltem a repetir situações idênticas.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse estar perplexo com este episódio e sendo o Senhor Vereador José Pinto eleito pelo povo e tendo livre acesso ao edifício e a todos os sectores do Município, de acordo com a Lei, sem que possa ser barrado por ninguém, questionou como é possível, abusivamente, ter sido dada uma instrução no sentido de não ser permitido o acesso ao Senhor Vereador, quando ele até poderia ter entrado pela porta das traseiras; pensa que deve ser clarificado este assunto e que se o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente deu expressamente estas instruções, deve assumir responsabilidades, exemplificando que se a situação tivesse acontecido com ele, teria chamado as autoridades;

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

esta situação tem que ser devidamente escalpelizada para que a funcionária não sofra qualquer sanção, pelo cumprimento de uma ordem que lhe foi dada e para que não volte a acontecer; concorda que em todos os edifícios, quer privados, quer públicos, sejam obrigados a identificar-se, mas nunca numa situação destas, que reprova.

O Senhor Vice-Presidente interveio questionando se o Senhor Vereador José Pinto acha razoável e plausível que, por parte do Senhor Presidente ou do seu Chefe de Gabinete, tenha existido alguma instrução expressa nesse sentido à funcionária, e lamentou naturalmente, a forma como a funcionária falou com o Senhor Vereador reforçando que se tratou de um lamentável equívoco.

O Senhor Presidente reiterou o que disse anteriormente e que esta é uma ordem genérica, no sentido de regular de uma forma correcta e funcional o acesso dos cidadãos e de os encaminhar corretamente aos serviços que pretendem e não mais do que isso, sendo que os Senhores Vereadores não têm qualquer restrição de acesso ao edifício.

Relativamente à questão que colocou o Senhor Vereador José Pinto sobre a introdução do Plano e Orçamento aprovado, disse que este é um documento técnico, obviamente com uma componente política, mas iminentemente técnico; compreende que queira trazer exemplos de outros Municípios para estabelecer comparações, que de forma exaustiva escalpelizam todas as questões, como se de um programa eleitoral se tratasse, mas o documento apresentado está densificado, do ponto de vista técnico-financeiro, com as intenções programáticas do Executivo, contendo o indispensável, o necessário e o suficiente para qualquer cidadão poder interpretar; não faz qualquer cabimento discutir as portagens da A23, que todos concordam que prejudicam gravemente a economia da região e o desenvolvimento do nosso concelho, “mas de que adianta referir no introito do Orçamento, que estamos preocupados com as portagens?”, questiona.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que o documento não é só um Orçamento, que é um Plano, e que estão em causa consistências políticas, questionando o porquê de não se colocarem estas preocupações sobre o desenvolvimento e sobre o encerramento de empresas, o porquê de não ser feita uma abordagem destas matérias no documento relativo ao Plano e Orçamento.

O Senhor Presidente respondeu que essa é uma discussão que pode ser tida à margem do Orçamento pois o Orçamento é um documento financeiro e não se pode discutir nele as portagens, porque é matéria que não está inscrita em nenhuma rubrica do Orçamento. A introdução do Orçamento não é um manifesto político, não é um comunicado, é uma nota explicativa do documento financeiro.

Disse ainda o Senhor Vereador José Pinto que, “quando se justifica a descida do IRC, não foi porque nos apeteceu, foi por acharmos que as empresas precisam de outro tipo de apoios, justificado pelo facto político de o actual Governo colocar as portagens do modo em que as colocou”; considera que bastava dizer que é vontade desta Câmara associar-se aos Municípios da região, para ajudar as empresas, tendo em conta a situação desagradável da região, onde existem as portagens, os postos médicos encerrados, as Juntas de Freguesia extintas, as Finanças encerradas, etc.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que o Senhor Vereador José Pinto tem alguma razão na explanação que fez, sugerindo que, no próximo ano, quando for elaborado o Plano

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

e Orçamento para 2015, sejam todos chamados a participar mais activamente e directamente na elaboração deste documento; “todos sabemos que o Senhor Vereador Nelson Silva foi chamado a dar o seu contributo de uma forma diferente, o que não aconteceu com os restantes Vereadores”, mas que eventualmente se este documento tivesse tido a participação de todos, certamente que hoje não existiria argumentação para fazer críticas; já tinha referido que as receitas de capital resultam principalmente da alienação de bens e que neste documento não existe qualquer planta de localização nem a informação sobre a avaliação dos imóveis a alienar, etc., e que de facto, neste momento não sabe quais são as áreas cedidas ao Município que se destinam para zonas verdes e parques infantis, por exemplo, não sabe qual a sua avaliação e onde se localizam e que era importante que o soubessem, porque todos fazem parte integrante de uma Câmara que foi eleita e na qual também, têm responsabilidades; nesse sentido, deram contributos que depois não foram vertidos neste Plano e Orçamento, o que se tornou num trabalho em vão; este documento não foi feito com a participação e com a seriedade política que o documento exige, e que o contributo que deu foi em vão só servindo para ficar para a história, para quem um dia mais tarde vier.

O Senhor Presidente respondeu que a situação financeira não permite extravasar muito o Orçamento de que a Câmara dispõe. Afirmou que o Senhor Vereador Nelson Silva, espontaneamente, deu um contributo, com sugestões; fê-lo de forma espontânea e os contributos dados pelo Senhor Vereador Joaquim Matias foram apresentados depois de uma forma reactiva, efetuando-o apenas após a apresentação das linhas gerais do Orçamento, contribuindo com sugestões ao nível da protecção civil e sobre uma obra na Freguesia da Erada; como já tinha referido, este é um Orçamento abrangente, que pela primeira vez cobre todo o concelho da Covilhã de uma forma muito rigorosa e abrangente, de encontro às solicitações dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia; os Senhores Vereadores têm todas as possibilidades, para quando assim o entenderem, fazerem chegar as suas propostas e sugestões, sendo certo que poderá haver concordância com algumas que venham a ser acolhidas, e discordância com outras que poderão vir a ser rejeitadas, não estando em causa a qualidade do proponente, nem do documento, apenas verificando-se tratar de diferentes pontos de vista.

O Senhor Vereador Joaquim Matias respondeu que não teve oportunidade de dar os seus contributos, como o fez o Senhor Vereador Nelson Silva, porque o Senhor Presidente da Câmara disse, tal como está plasmado em acta, que o Plano e Orçamento seria feito pelo Executivo em funções e que quando este fosse apresentado à Câmara Municipal, receberiam os contributos dos Senhores Vereadores, o que quer significar que se fossem apresentados antes, não serviriam de nada.

O Senhor Presidente respondeu esclarecendo que uma coisa é a responsabilidade de quem elabora o Orçamento e essa é da maioria eleita, e outra coisa é receber contributos, existindo neste caso uma confusão entre as duas situações.

O Senhor Vereador Pedro Farromba cumprimentando os presentes, e tendo em conta a quadra natalícia, formulou a todos votos de Boas Festas. Manifestou a sua preocupação em relação ao que sucedeu com o Senhor Vereador José Pinto, acreditando que não terá sido essa a intenção do Município, mas que realmente, é uma situação que não pode voltar a repetir-se, porque a legitimidade do Senhor Vereador é a mesma de qualquer outro Vereador eleito, devendo os funcionários do Município respeitar a sua posição e o livre acesso aos edifícios municipais enquanto Vereador.

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

Sobre o Plano e Orçamento disse, como já referido na sua Declaração de Voto, que este Orçamento é uma cópia do passado e que poderia ter sido uma ótima oportunidade para ser feito um Orçamento de base zero, sabendo-se quais são as receitas que existem e depois anexarem-se as despesas que se pretendiam efectuar, e não o contrário; por outro lado, referiu que o Senhor Presidente também tinha dito que não considerava importante ouvir o grupo de cidadãos do “Movimento Acreditar Covilhã”, porque a Lei não o obrigava, mas não foi o caso, acabando por ouvir a posição do Movimento através do responsável do grupo parlamentar na Assembleia Municipal.

De seguida colocou as seguintes questões:

“- Li, esta semana na comunicação social, sobre umas declarações do Senhor Presidente, que diz, em relação à Teleperformance, que a empresa não está inamovível, que poderá ir para outro sítio, que havia uma intoxicação por parte da anterior Câmara a este respeito e que estava em cima da mesa equacionar a forma de ir para outro sítio. Gostaria de saber se estas declarações resultaram da percepção do Senhor Presidente ou se resultou de alguma reunião com os responsáveis da empresa, e quais os resultados dessa reunião”;

- Sobre a Vodafone, leu também um comunicado do Município onde é referido que o Senhor Vice-Presidente reuniu com os responsáveis da empresa, na mesma semana que a Vodafone inaugurou um Centro de Suporte para criar mais 200 empregos em Braga, e que gostaria de saber dos resultados concretos dessa reunião e se as pessoas com quem reuniu são os interlocutores certos para garantirem a criação de emprego na Covilhã;

- Sobre a Barragem e a preocupação que o assiste, em relação ao que aconteceu esta semana com mais uma providência cautelar, reiterando a sua total disponibilidade ao Senhor Presidente para, naquilo que puder ajudar para a concretização deste projeto, que considera ser um investimento fulcral para o futuro da cidade e para o seu desenvolvimento;

- Quanto ao Sporting da Covilhã, disse que tem estado a fazer uma carreira brilhante na 2.^a Liga e presumiu que as obras no Estádio Santos Pinto já estejam concluídas; mas que leu também umas declarações do Senhor Presidente a dizer que iria ser colocada uma bancada e que essa colocação estaria pendente por causa da realização dos jogos no estádio, pelo que gostaria de saber como está esta situação.”

O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador afirmando que não tem razão quando diz que o Orçamento é uma cópia do anterior, na medida em que a bem da verdade o anterior executivo contraiu a dívida que agora, o Executivo em funções, terá de pagar, uma vez que existem obras que transitam e que têm que constar no documento, não podendo fazer-se um corte abrupto; existem muitos projectos novos, muita obra nova e falar num Orçamento de base zero é demagogia, porque é necessário pagar as dívidas e os compromissos assumidos.

Sobre o Estádio Santos Pinto, referiu que se está a tratar da colocação da bancada e logo que existam novidades concretas sobre o assunto, as apresentará.

Sobre a Vodafone solicitou ao Senhor Vice-Presidente que desse a explicação resultante da reunião que teve com os seus representantes, uma vez que ele não esteve nessa reunião.

O Senhor Vice-Presidente afirmou o seguinte: “Sobre a questão que ocorreu com o Senhor Vereador José Pinto, quero dizer que de certeza absoluta que não iremos mandar ninguém para o cemitério do Canhoso, nem para o armazém a contar pregos! Não o vamos fazer. Mas a verdade é que, se eventualmente a funcionária é a pessoa que estou a pensar, devo dizer que já existe uma informação por parte do Chefe de Divisão e da Senhora Directora de Departamento, porque a funcionária foi admitida no Município através de um Contrato

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

de Outsourcing e, na verdade, esta funcionária, desde o dia 21 de Outubro, tem faltado constantemente ao trabalho, tem criado situações menos agradáveis, por vezes de irresponsabilidade e negligência. Não estamos a perseguir ninguém, nem os funcionários do quadro, nem aqueles que foram admitidos através de Outsourcing, mas a verdade é que temos que tomar medidas. Tenho evitado tomar medidas, porque o pelouro do pessoal é partilhado com o Senhor Presidente da Câmara e a questão do emprego, hoje, é fundamental ao ser humano. Mas quando os funcionários não desempenham as funções de uma forma responsável, obviamente que temos que tomar medidas. Reafirmo ainda, que se esta situação tivesse acontecido comigo, poderia não chamar a polícia, mas obviamente que ficava indignado”.

Sobre a Vodafone, informou que reuniu com alguns responsáveis da empresa, não o principal responsável porque não se encontrava em Lisboa nesse dia, mas que faziam as coisas de um modo diferente do passado: “informamos todos os Covilhanenses e não dizemos, como se dizia no passado, que havia reuniões com determinadas empresas e não se identificavam os interlocutores. Nós gostamos de informar e de dizer o nome das pessoas com quem falamos. Dizer ainda que, no início do mês de Janeiro, os responsáveis da Vodafone, vão deslocar-se à Covilhã para, em conjunto com o Senhor Presidente, analisarmos a questão concreta.”

O Senhor Presidente esclareceu sobre a questão da Teleperformance, dizendo que a ideia que lhe foi transmitida, e contrariamente ao que foi afirmado, os responsáveis pela empresa não manifestaram a intenção de sair; desejam efectivamente alargar a sua actividade, desde necessitando para tal que lhes seja proporcionado um espaço condigno e adequado às necessidades que têm para o efeito. A solução que anteriormente foi defendida pelo seu antecessor, que era a construção de um edifício anexo ao Mercado Municipal, lamentavelmente não se concretizou porque a empresa faltou às cinco marcações de escritura que foram feitas, apesar de ter pago o respectivo IMI, mas entende que quem falta persistentemente a uma obrigação destas, é porque não está interessado, nem merece da parte da Câmara qualquer atenção.

O Senhor Vereador Joaquim Matias interveio de novo e, sobre a Barragem, disse que é um investimento que todos os eleitos e todos os municípios do concelho da Covilhã e da região defendem, mas constata-se que pode haver alguns problemas no avanço desta tão importante obra. Todos estão disponíveis para colaborar e ajudar no que for possível, para que este investimento se faça, porque ele vem criar mais-valias importantes para a Covilhã. Questionou se tem havido reuniões com o Senhor Arquitecto Luís Alçada Batista, um dos proprietários dos terrenos, bem como se há alguma posição por parte dos Baldios das Cortes em relação aos terrenos que poderão vir a ser utilizados nessa construção.

Solicitou ainda, que os serviços fizessem um registo pormenorizado das palavras do Senhor Vice-Presidente da Câmara, em relação à funcionária que estava na Recepção da Câmara, no dia em que aconteceu aquele mal-entendido, pois acha muito importante que fique vertido em acta pois devem ser responsáveis pelas afirmações feitas no Órgão Colegial.

O Senhor Presidente acrescentou ainda que, relativamente à problemática da Barragem, “estamos a enfrentar dificuldades mas que iremos ultrapassar sucessivamente os obstáculos existentes; estamos empenhados na concretização deste projecto, mas os obstáculos são mais que muitos”. Informou que já foi interposta uma providência cautelar e que já reuniu com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local para que seja proferida uma resolução fundamentada no sentido de instruir a oposição à providência cautelar, que há-de

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

ser deduzida pela ICOVI, no Tribunal; recebeu o Senhor Arquitecto Luís Alçada Batista, a seu pedido, que lhe deu nota da sua posição, reiterando a posição tomada e assumida publicamente, ao qual lhe mostrou a importância que o projecto tem para o concelho da Covilhã e para a região, “sendo nosso propósito lutar com todas as forças e todas as armas para que a barragem seja uma realidade e se o não conseguirmos não será por falta de empenho ou vontade, será por questões de outra natureza, nomeadamente jurídica”, disse.

Seguidamente, o Senhor Presidente deu nota das actividades desenvolvidas nos últimos dias, informando o seguinte:

- “O Senhor Presidente do Turismo do Centro, Dr. Pedro Machado, esteve nos Paços do Concelho, na sequência de uma carta que lhe enviei, e que é uma pessoa que defendia a nossa região e que tem feito um trabalho muito proficiente na área do turismo, protestando pela extinção do polo de Turismo da Serra da Estrela, (uma decisão, lamentavelmente, tomada por este Governo, que decidiu a extinção do Posto de Turismo mais antiga do país), e também no sentido de lhe manifestar que lamentava também o facto de não ter sido dada nota do destino a dar ao actual edifício que albergava o polo da Serra da Estrela, aos senhores funcionários que lá trabalham e informá-lo ainda qual era o nosso papel em termos turísticos na região – até porque a Covilhã é um dos destinos turísticos mais fortes da Beira Interior, se não mesmo o mais procurado; o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, fazia alarde de que a delegação de Turismo da Região da Serra da Estrela ficaria sediada na cidade da Guarda e por todos estes motivos e reiterando tudo quanto escrevi nessa carta, acompanhada com recortes de imprensa, o Senhor Presidente do Turismo do Centro confirmou-nos que não existe nenhuma delegação da Serra da Estrela na cidade da Guarda, onde existe sim um Wellcome Center de Turismo, que não tinham, sendo certo que têm a mesma pretensão em relação à cidade da Covilhã, reconhecendo ainda que o principal Posto de Turismo ficaria sediado na Covilhã; é por isso importante que se encontre um espaço mais central e que também afectará funcionários para esse Posto de Turismo. É pois uma boa notícia;

- Tiveram lugar no dia 09, as eleições para a Presidência e Vice-presidência da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, onde se encontrou uma solução de consenso, de partilha, solidária, uma solução participada alargando a acção a todo o território da Comunidade Intermunicipal; a Cova da Beira fica com a presidência durante este mandato e a sede fica na cidade da Guarda, pretendendo abranger todos os Municípios do distrito da Guarda, pois temos aqui três realidades: a Serra da Estrela, a Raia e a Cova da Beira; procurámos uma solução que envolvesse todos os Municípios, no sentido de rumar-mos todos no mesmo sentido para que verdadeiramente cooperássemos, num espírito de concórdia, da cooperação que não existia no passado, para que não continuássemos a estar orgulhosamente sós, como o estivemos durante 20 anos; não queremos que a Covilhã seja uma ilha, queremos que a Covilhã partilhe com os nossos parceiros da CIM as responsabilidades, os projectos e a cooperação; eu presido aos primeiros dois anos do mandato e num segundo período será presidido pelo Senhor Presidente da Câmara do Fundão. Esta é uma solução para 4 anos, que corresponde ao mandato autárquico, não são soluções definitivas para o futuro, não é uma solução duradoura; teremos o próximo quadro comunitário de apoio 14/20 e existe um verdadeiro espírito de grupo, sendo esta coesão entre os membros do grupo, fundamental para atingir os grandes desígnios que são a coesão territorial, a coesão social e a sustentabilidade financeira da região, para o desenvolvimento nos mais variados níveis;

- Estivemos presentes numa homenagem que foi feita pela Ordem dos Advogados, a um distinto advogado da comarca e do concelho da Covilhã, Dr. Manuel Antunes Ferreira, que

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

foi agraciado com a medalha de honra da Ordem dos Advogados, pelo seu brilhante percurso profissional, que se distinguiu pela defesa dos cidadãos e da justiça;

- Faleceu um autor de uma das monografias da história da Covilhã, o Senhor José Aires da Silva, apresentámos as condolências à família e fizemo-nos representar pelo Senhor Adjunto Dr. Jorge Torrão, na impossibilidade de estar presente, pessoalmente;

- Recebi o Senhor Joaquim Gomes, Director da iniciativa “Volta a Portugal em Bicicleta”, com intenção de que no próximo calendário da prova a Covilhã seja também um ponto de passagem ficando de acertar futuramente os pormenores dessa passagem;

- Recebi também o Senhor Presidente da Federação de Desportos de Inverno de Portugal, o Senhor Dr. Pedro Farromba, relativamente aos projectos e às preocupações que tem relativamente à Federação que preside;

- Recebi o Senhor Professor Doutor Luís Taborda, Presidente da Faculdade de Ciências da Saúde, que tem um projecto que no âmbito do envelhecimento activo, um projecto de cooperação com o Município, no âmbito do Centro de ActivIDADES, podendo haver uma colaboração estreita entre a Faculdade e a Câmara Municipal;

- Foi apresentado um livro de um jovem cidadão de Unhais da Serra, João Máximo, que escreveu uma obra muito interessante, saudando essa autoria e essa publicação;

- No próximo dia 23 de Dezembro, pelas 16:00 horas, decorrerá uma cerimónia pública de atribuição de sete casas de habitação social, sublinhando aqui o trabalho na área social e atenção prestada pela Câmara Municipal da Covilhã.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba apresentou uma notícia que se encontra publicada na página da internet do Turismo do Centro, datada de 28/11/2013, onde se diz que a cidade da Guarda assinou um Protocolo para a instalação de uma Delegação daquela entidade e de um Posto de Turismo da Serra da Estrela e que as restantes cidades também irão ter um Welcome Center, e questionou a sua veracidade.

O Senhor Presidente respondeu que devemos aguardar as instruções dadas pelo Presidente do Turismo do Centro e que seja concretizado o que lhe foi anunciado e que aqui já transmitiu ao órgão.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.AGENDA

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou que fosse retirada a proposta por ele apresentada e agendada no ponto 5.1, alínea e), para posteriormente reunir com o Senhor Presidente, com o objectivo de se escarpelizar melhor a situação e a sua resolução

A Câmara deliberou retirar da Ordem de Trabalhos a alínea e) do 5.1. – Departamento de Administração Geral.

Os serviços informaram, que por lapso, não foi incluída na Ordem de Trabalhos o ponto I – Intervenção do Público, que deverá ser incluído na Acta.

A Câmara deliberou introduzir o ponto I – Intervenção do Público, na Ordem de Trabalhos da reunião.

2.APROVAÇÃO DE ACTAS

Foram presentes as actas n.ºs 1-A/2013 de 25/10/2013, 2-A/2013 de 01/11/2013 e 3-A/2013 de 15/11/2013.

O Senhor Vereador Pedro Farromba, relativamente à acta n.º 3-A/2013, solicitou que fosse corrigida a sua intervenção no ponto I – Intervenção do Público, onde se lê: “...mas a responsabilidade não foi do anterior executivo, porque a empresa em causa, a Unitom, foi para a cidade do Fundão no mandato do PS...”, deveria ler-se: “...mas a responsabilidade não foi do anterior executivo, porque a empresa em causa, a Unitom, foi para a cidade do Fundão no mandato de 2005-2009...”,

O Senhor Presidente solicitou aos serviços a devida correcção e colocou as mesmas a votação.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar as Actas n.ºs 1-A/2013 de 25/10/2013, 2-A/2013 de 01/11/2013 e 3-A/2013 de 15/11/2013, com a alteração aprovada.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à acta, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 1.999.744,54 € (um milhão, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos).

. Documentos: 3.009,20 € (três mil e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 1.128.079,78 € (um milhão, cento e vinte e oito mil, setenta e nove euros e setenta e oito cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 871.664,76 € (oitocentos e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos).

4. DESPACHOS

Presente, para conhecimento, o despacho do Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins, com data e conteúdo seguinte:

12/11/2013 - Aprova a minuta do contrato de prorrogação do contrato de locação do estabelecimento comercial Restaurante do Jardim do Lago, em que é locador o Senhor Vitor Manuel Nunes Saraiva, pelo prazo de 01/08/2013 a 01/08/2014.

A Câmara, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho.

5. DEPARTAMENTOS

5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Escritura de Justificação (rectificação)

Presente, para rectificação, a deliberação de Câmara de 06/12/2013, relativa à escritura de justificação de parcela de terreno para construção, sita na Rua Alberto Rato.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou esclarecimentos sobre quem são as três testemunhas que irão estar na Escritura de Justificação em causa e discorda que este assunto venha à reunião de Câmara, sem que estejam plasmados nos documentos, a identificação das testemunhas; referiu que, em futuros casos, gostaria que estes processos fossem devidamente preparados já com todas as informações necessárias, para a feitura da Escritura de Justificação.

A Câmara, por unanimidade, deliberou rectificar a deliberação de Câmara de 06/12/2012, na parte aplicável, passando a constar que a Câmara Municipal autoriza a realização de escritura de escritura de justificação relativa ao prédio urbano constituído por um terreno para construção, com a área de 643,96 m², sito na Rua Alberto Rato, freguesia da Conceição, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3512.º, não descrito na CRP, com o valor patrimonial atribuído de 66.510,00 €

b) Abertura de conta bancária

Presente informação n.º 17/2013, da Divisão de Finanças, datada de 09/12/2013, propondo, na sequência da aprovação da candidatura ao Programa de COMPETE – Programa Operacional factores de Competitividade do projecto designado “Covilhã Online – Modernização dos Serviços Municipais”, a abertura de conta bancária específica para movimentação do valor do financiamento, tal como exigido regulamentarmente, documento apenso à acta.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a abertura de conta bancária específica para movimentação do valor do financiamento no âmbito da aprovação da candidatura ao Programa COMPETE – Programa Operacional factores de Competitividade do projecto designado “Covilhã Online – Modernização dos Serviços Municipais”.

c) Programa de Incentivo ao Comércio no Centro da Cidade

- Pétala Dinâmica – Comércio de Flores Unipessoal, Lda.

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

Presente processo de candidatura ao programa de incentivo ao comércio do centro da cidade, em que é proponente Pétala Dinâmica – Comércio de Flores Unipessoal, Lda., sito na Rua Comendador Campos Melo/Largo de Infância 21, na Covilhã, com estabelecimento de comércio de flores, sobre o qual os serviços informam reunir condições para a atribuição de um incentivo no montante de 160,00 € por mês, correspondente à área de 32 m² do estabelecimento, a liquidar mensalmente durante o período de um ano, nos termos do Regulamento.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a candidatura ao programa de incentivo ao comércio do centro da cidade, apresentada por Pétala Dinâmica – Comercio de Flores Unipessoal, Lda., com estabelecimento de comércio de flores na Rua Comendador Campos Melo/Largo de Infância 21, em Covilhã, no montante de 160,00 € por mês, a liquidar mensalmente durante um ano, nos termos do Regulamento do programa, e autorizar o respectivo pagamento.

d) Adesão à ADERES

Presente ofício ref.^a 259/2013, datado de 01/11/2013, da ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, propondo a adesão da Câmara Municipal da Covilhã, para que as duas entidades possam potenciar e rentabilizar, com parcerias activas, projectos de desenvolvimento sócio/económicos e culturais de interesse para o concelho e para a região, documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias quis saber que tipo de sócio é que a Câmara irá ser na Aderes, porque existem vários tipos de sócios: os sócios fundadores, os sócios efectivos e os sócios de mérito; deveria ser a Câmara Municipal a demonstrar a intenção, junto da Direcção da Aderes, da pretensão de ser sócia dessa Associação, mas que verifica que aqui funcionou ao contrário, foi a Aderes que veio pedir à Câmara para se associar à mesma; questionou se houve algum contacto prévio por parte dos Órgãos Sociais da associação e se houve alguma deliberação da Aderes para vir solicitar à Câmara Municipal da Covilhã que faça a adesão, como sócio, ou se é por livre vontade do Senhor Presidente da Aderes, Dr. Serra dos Reis.

O Senhor Presidente esclareceu que o importante aqui é que se comungue do mesmo espírito, neste caso, o desenvolvimento do Concelho da Covilhã e não, de quem tomou a iniciativa; disse que houve uma reunião onde existiu essa convergência de vontades, no sentido “de cooperarmos e de trabalharmos em conjunto” e que não lhe foi referido se houve ou não deliberação da direcção da Aderes nesse sentido.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aderir à ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul.

Mais deliberou dar conhecimento da presente deliberação e do respectivo processo de adesão à Assembleia Municipal.

e) Espaço das Idades – Proposta

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

A Câmara deliberou retirar este assunto da Ordem de Trabalhos, a pedido do Vereador Joaquim Matias, subscritor da proposta.

f) Mapa de despesas de pessoal e horas extraordinárias – Proposta

Presente proposta subscrita pelo Senhor Vereador Pedro Farromba, datada de 15 de Novembro de 2013, propondo que a Câmara apresente, obrigatoriamente, na primeira reunião de cada mês, um mapa com as despesas com pessoal, bem como as horas extraordinárias referentes ao mês anterior.

O Senhor Presidente esclareceu que os serviços estão a preparar os documentos solicitados e que na próxima reunião serão apresentados.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta apresentada.

5.2. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Plano de Pormenor da UOPG 5 – Medidas preventivas – prorrogação de prazo

Presente informação n.º 27, datada de 23/08/2013, da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, relativa ao Plano de Pormenor da UOPG 5 da Grande Covilhã, deliberado em reunião de 17/06/2011, propondo, face ao período decorrido com o procedimento de contratação pública na elaboração da proposta do plano e ao facto do desenvolvimento dos trabalhos se encontrar mais atrasado do que o previsto, que seja prorrogada, pelo prazo de um ano, com efeitos a partir da cessação do prazo estipulado no art.º 3.º das medidas preventivas publicadas na 2.ª Série do Diário da República, n.º 178, de 15 de Setembro de 2011, através do Aviso n.º 18292/2011, por forma a acautelar e garantir a elaboração da proposta do Plano de Pormenor da UOPG 5 da Grande Covilhã.

O Senhor Vereador Joaquim Matias leu e entregou aos serviços uma Declaração de Voto.

O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Director de Departamento de Obras e Planeamento, Eng.º Jorge Vieira, que esclarecesse as questões apresentadas.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira esclareceu, dizendo o seguinte: “Quanto à elaboração do Plano de Pormenor, houve um procedimento de contratação com vista à elaboração do Plano e a empresa sobre a qual recaía a proposta de adjudicação veio a desistir e como os restantes concorrentes tinham sido excluídos, ficámos sem a possibilidade de adjudicar no âmbito desse procedimento. Esse procedimento terminou, e entretanto, vai ser agora proposto um novo procedimento, que há-de vir à Câmara; ainda não veio porque esta questão da prorrogação das medidas preventivas e da suspensão do Plano de Urbanização não teve até agora deliberação no sentido de ser prorrogado. Quanto à adjudicação, ela não se concretizou. Quanto à questão da identificação ou do conhecimento de interessados em investimento, não conheço e o que sei é que há pedidos de licenciamentos, que são poucos dentro dessa área que foram solicitados à Câmara e que neste momento estão suspensos, enquanto decorrer a vigência das medidas preventivas que são proibitivas no exterior da zona correspondente ao antigo Aeródromo porque, dentro dessa zona, elas não são proibitivas mas implicam o parecer prévio da Comissão de Coordenação, em processo de licenciamento, que foi o que aconteceu com o edifício do Data Center. Há certamente no urbanismo situações de pedidos de licenciamento de particulares, mas não estamos a falar de investimentos de grande dimensão, estamos a falar de moradias unifamiliares, que estarão congelados até ao momento, porque este processo não permite o seu licenciamento. Quanto à questão do cadastro, ele será feito no âmbito do Plano de Pormenor, sendo sempre possível fazer-se, previamente, se for absolutamente necessário, um levantamento ainda que não exaustivo dos conhecidos proprietários dentro da área, que será objecto da elaboração do Plano. O que em princípio deveria acontecer, era que o cadastro fosse elaborado no âmbito do próprio Plano, mas se o Senhor Vereador achar que é uma informação que deve ser recolhida, o mais depressa possível, certamente que poderemos

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

não o fazer de forma exaustiva, mas faremos a identificação da maior parte dos proprietários.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu ainda que não tinha percebido, aquando da leitura dos documentos, que o Plano não tinha sido adjudicado, razão pela qual apresentou estas preocupações, mas disse achar importante ter-se esse cadastro, porque havia um Senhor já falecido que queria investir naquele local e que não lhe foi permitido; há uns anos atrás, quando se chegava à Covilhã, viam-se implantadas uma série de gruas em vários terrenos, a construir, e agora olha-se e nada se vê, não há obras e não havendo obras não se vendem materiais de construção, não há projetistas que façam projectos e tudo isto paralisa e contribui para que a economia não cresça. Acha que é muito importante, em torno desta nova realidade, que a Câmara Municipal, para não cometer erros que já se cometeram antes, deva estar atenta às construções que ali possam vir a surgir.

Questionou quais as consequências que podem advir da não aprovação desta proposta, porque, na verdade, há investidores que querem investir e desta forma não o podem fazer.

O Senhor Vereador José Pinto disse que este pedido de suspensão resulta do pedido de construção do Data Center e que seria por um período de dois anos, pelo que hoje, se assim não fosse, não estavam aqui com esta questão; o que foram as promessas que justificaram a destruição de uma infra-estrutura fundamental para o presente e futuro do concelho, estão demasiado atrasadas, ou seja, falava-se em três torres, em eólicas, mas tudo isto tem o seu tempo e se a PT demorou dois anos a construir o edifício, quando é que vamos ter a possibilidade de permitir a outros a utilização dos seus terrenos e a edificação de infra-estruturas complementares; questionou ainda sobre a verba referida no Orçamento de 500 mil euros para o novo Aeródromo e quais são as perspectivas de futuro quanto ao tempo necessário que os proprietários dos terrenos envolventes terão de aguardar para poderem fazer o que entenderem nas suas propriedades.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira esclareceu que “a suspensão foi para suspender uma norma do Plano de Urbanização que não permitia o licenciamento daquilo que a PT queria construir, que era a norma que fixava a cêrcea máxima do edifício, e por esse facto fez-se a suspensão dessa norma na área correspondente ao investimento da PT. Isso implicava a fixação de medidas preventivas que tinham como consequência a elaboração de um Plano de Pormenor. As medidas preventivas obrigavam ao licenciamento, em conjunto com a Comissão de Coordenação, que foi o que aconteceu. Em termos daquilo que a PT tem que construir e o que está construído neste momento, corresponde à 1.ª fase daquele investimento e as fases subsequentes dependerão da exigência do aumento da própria infra-estrutura, o que significa que não me parece que o calendário da construção dos restantes edifícios seja um calendário no imediato. O que estava para ser executado, está executado e o que era suposto era que neste período do primeiro ano e da respectiva prorrogação, nós tivéssemos desenvolvido o Plano de Pormenor, que permitia acolher o projecto na sua totalidade e permitia ordenar a área envolvente ao antigo aeródromo. É evidente que a área que estamos aqui falar é superior à área do antigo aeródromo, porque entendeu-se sempre que deveria definir o desenho urbano da envolvente, ou seja não deveria deixar ao acaso e à iniciativa dos particulares a ocupação da envolvente do antigo aeródromo. Nessa lógica, o Plano de Pormenor iria abarcar uma área superior à do antigo aeródromo e a respectiva envolvente e é por isso que as medidas preventivas condicionam o licenciamento na área exterior do antigo aeródromo. Partindo do princípio que a Câmara continua a achar que

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

deve definir o desenho urbano naquela área, entendo que o Plano de Pormenor deverá ser feito como estava anteriormente previsto, com uma área superior à do antigo aeródromo. Quanto às questões das consequências, as medidas preventivas obrigavam à elaboração do Plano, que neste momento ainda não está elaborado, o licenciamento está concluído e o edifício que está construído está devidamente licenciado; a validade desse licenciamento não se iria perder pelo facto de o Plano não ser feito, mas a Câmara reconhecerá a necessidade e a vantagem de dispor de um Plano de Ordenamento daquela zona; estamos a falar de uma zona cuja localização, pela sua proximidade à entrada da cidade, não é uma localização qualquer e acho que há toda a vantagem de o fazer, até porque a optimização do solo urbano, se for feito o Plano de Pormenor, é maior do que deixarmos a iniciativa de construção ao livre arbítrio dos particulares que em princípio só terão como objectivo do seu investimento aquilo que são as suas parcelas de terreno, o que significa que no final a rentabilização daquele espaço, enquanto espaço urbano poderá não ser devidamente optimizado, o que significava que, se houvesse outros interessados que já não coubessem naquela zona, teríamos de aumentar, sistematicamente, o perímetro urbano. Há todo o interesse em termos de rentabilização de infra-estruturas de optimizar aquela zona, que passará sempre pela definição do desenho urbano na perspectiva da Câmara Municipal e isso implica a elaboração do Plano de Pormenor. Esta prorrogação, ao vir à Câmara, é no sentido de criarmos as condições para que esse Plano venha a ser feito e se a Câmara Municipal tem interesse em definir as regras de ocupação do espaço e se tem interesse em elaborar o Plano de Pormenor, logo há todo o interesse em prorrogar as medidas preventivas.

Todos os Planos têm na sua fase inicial um período de audição, reclamações e sugestões, e todos os interessados, proprietários e todos os outros que querem participar na elaboração desse instrumento de ordenamento têm sempre a possibilidade de, na fase inicial, fazer chegar os seus contributos; é condição obrigatória para a instrução do próprio Plano, demonstrar que esse período ocorreu e que foi garantida a auscultação dos interessados.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias sugeriu ainda, perante as informações fornecidas pelo Senhor Eng.º Jorge Vieira, que antes de se avançar para a feitura do Plano ou em simultâneo, fazer uma reunião chamando à Câmara Municipal os potenciais investidores que mostraram interesse em investir no sentido de os auscultar sobre as perspectivas e pretensões que têm, querendo rentabilizar o mais possível as suas propriedades; devemos salvaguardar os interesses dos pequenos proprietários que também querem construir, para que esse mesmo plano possa contemplar os interesses de tudo e de todos os interessados. Dentro dessa perspectiva, aprova a proposta.

O Senhor Presidente acrescentou ainda que o desmantelamento do aeródromo é uma “mancha negra” na história recente da Covilhã que assentou numa verdade idêntica à da invasão do Iraque, parecendo que era uma verdade absoluta; era uma infra-estrutura que tinha um importante papel de ligação à Universidade, que funcionava como escola, com o curso de aeronáutica que tem 100% de empregabilidade; que não iremos desistir de o construir e a verba que está no Orçamento é para se fazer o projecto e para dar início à aquisição de terrenos, apesar dos condicionalismos de natureza financeira ou outros entraves de entidades superiores.

Referiu ainda que pretende que esta Câmara, em matéria de urbanismo e de ordenamento do território, seja um exemplo, que não deve estar à mercê de interesses que não sejam os estritamente pertinentes ao interesse público, de forma equitativa, transparente, aberta, com regras, de igual tratamento.

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

O Senhor Vereador Joaquim Matias requereu que fosse fornecido aos eleitos uma cópia do dossiê do processo PT.

O Senhor Presidente recomendou aos serviços que fizessem chegar aos Senhores Vereadores cópia do referido processo.

O Senhor Vereador José Pinto fez Declaração de Voto que se transcreve: "A nossa abstenção é o resultado de alguma coerência com procedimentos anteriores, pois já da outra vez nos abstivemos. Concordamos plenamente com a necessidade da elaboração do Plano, mas já verificámos que esta situação, criada com a construção do Data Center naquele local, e ninguém foi contra a construção do Data Center no concelho, todos reconhecemos essa mais-valia, mas o local é que não se compreende. Tendo em conta todos os constrangimentos e a coerência que referimos, abstivemo-nos por esse facto."

O Senhor Vereador Nelson Silva fez Declaração de Voto, que se transcreve: "A minha abstenção tem que ver apenas com o facto de que tecnicamente não me sinto com informação suficiente para poder votar favoravelmente este ponto. No enquadramento actual, tem a ver com o conforto, na decisão com consciência que gosto sempre de tomar e é só por isso que o meu voto é um voto de abstenção, porque a minha posição pública em relação ao aeródromo foi conhecida e tomada na Assembleia Municipal."

A Câmara, com as abstenções dos Senhores Vereadores Nelson Silva e José Pinto, que apresentaram Declaração de Voto, deliberou prorrogar, pelo prazo de um ano, as medidas preventivas publicadas na 2.ª Série do Diário da República, n.º 178, de 15 de Setembro de 2011, através do Aviso n.º 18292/2011, que acautelavam e garantiam a elaboração da proposta do Plano de Pormenor da UOPG 5 da Grande Covilhã.

Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos da alínea h), do n.º 1 do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de Setembro:

1.A proposta de estabelecimento de medidas preventivas no âmbito do Plano de Pormenor da UOPG5 da Grande Covilhã, em execução da deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião pública realizada em de 17 de Junho de 2011, instruída com o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;

2.A proposta de suspensão parcial do Plano de Urbanização da Grande Covilhã no que respeita às normas estabelecidas nos n.ºs. 3 dos artigos 25º, 26º. e 27º. do Regulamento do referido Plano, por forma a garantir compatibilidade da operação urbanística relacionada com a implementação do Data Center, e o estabelecimento de medidas preventivas para a área respectiva, cuja deliberação se tornará eficaz após parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

5.3 – DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

Não existem documentos agendados neste ponto.

5.4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Não existem documentos agendados neste ponto.

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Apoios

Sociedade de São Vicente de Paulo – Conselho de Zona da Covilhã

Presente a proposta n.º 9/2013, datada de 26/11/2013, da Senhora Vereadora Maria Paula Simões, que no âmbito da política de acção social desenvolvida pelo Município em conjugação com as Conferências Vicentinas do Concelho, com o objectivo de ajudar as famílias mais carenciadas, propõe a atribuição de um subsídio ao Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade de S. Vicente de Paulo, para apoio nas despesas inerentes à água, luz, gás, medicamentos e alimentação, entre outras, realizadas no mês de Agosto de 2013, no valor de 2.205,00 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou conceder ao Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade de S. Vicente de Paulo um subsídio no valor de 2.205,00 €, para apoio nas despesas realizadas no mês de Agosto de 2013, inerentes à água, luz, gás, medicamentos, alimentação, entre outras, das famílias mais carenciadas, no âmbito da política de acção social desenvolvida pelo Município.

5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

a) Adesão à Rede de Judiarias de Portugal

Presente a informação n.º 411/2013, da Divisão de Cultura, Juventude e Desporto, datada de 16/12/2013, propondo que a Câmara delibere aderir à Rede de Judiarias de Portugal, com o objectivo de que seja preservada a presença judaica na Covilhã, contribuindo para a valorização patrimonial e para oferta turística da cidade e da região, documento que fica apenso à acta.

O Senhor Presidente fez a apresentação do documento, justificando a motivação do Executivo em fazer esta tão importante adesão à Rede de Judiarias de Portugal. Para além da fundamentação histórica destes factos a autarquia possui um projecto técnico para a criação do Centro Judaico e um projecto de Musealização da Cultura Judaica e é neste sentido que o actual Executivo levou a cabo uma iniciativa de grande envergadura, que reúne várias especialidades e pareceres de diversas entidades competentes, encontrando-se preparada para avançar com uma candidatura a fundos comunitários. Este é um programa muito importante, que tem um levantamento exaustivo do centro histórico da Covilhã e que irá servir de base ao desenvolvimento de trabalhos futuros, sendo um dos objectivos, com esta adesão, dar o devido significado à presença judaica na Covilhã e à preservação histórica dessa marca, contribuindo para a valorização patrimonial e também da nossa oferta turística, quer da cidade, quer da região.

O Senhor Vereador Joaquim Matias elaborou um documento que entrega como Declaração de Voto, mas que de alguma forma pode vir a contribuir e melhorar o documento apresentado. Sugeriu que em vez de termos um polo da Covilhã e Teixoso, “se incluíssem as Freguesias onde existem as marcas da presença judaica para que sejam preservadas de modo a não se perder esta identidade, contribuindo para a valorização patrimonial e para a oferta turística da cidade e da região.” Felicitou a iniciativa, votando favoravelmente a proposta, mas lamenta o facto de ao longo dos anos não se ter tido o discernimento para se fazer o que em Belmonte se fez, tendo uma comunidade judaica muito inferior à nossa e que hoje é um polo turístico de excelência, que deveria estar na cidade da Covilhã. Deve ser dada uma atenção especial à Judiaria, designadamente, nas Ruas confinantes ao Ginásio Clube da Covilhã.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que irá votar favoravelmente apelando que se entenda que a Cultura é importante e que tem mais-valias que têm de se aproveitar. Disse ainda ser importante criar um roteiro de escritores, porque acha que se perdeu demasiado tempo em não dar qualquer valor à Cultura.

O Senhor Presidente acrescentou que o objectivo desta adesão é a de criar uma estratégia de intervenção, que permita resolver os problemas encontrados, por forma a tornar a

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

Judiaria numa zona mais atrativa e melhorar as condições de vida das pessoas que vivem nessa zona.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aderir à Rede de Judiarias de Portugal com o objectivo de que seja preservada a presença judaica na Covilhã, contribuindo para a valorização patrimonial e para oferta turística da cidade e da região.

Mais deliberou dar conhecimento da presente deliberação e do respectivo processo de adesão à Assembleia Municipal.

I – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

• *José Pardal* – solicita apoio à Câmara para que lhe seja diminuída a renda da casa onde habita, por ter imensas dificuldades financeiras e receber um valor baixo de reforma; entregou uma carta nesse sentido.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o munícipe dizendo que os valores das rendas não são definidos pela Câmara Municipal, mas sim regulamentados por Lei, mas contudo, não deixará de dar atenção à situação, solicitando que se dirija aos serviços de habitação, para melhor esclarecer a situação.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse ter recebido o Sr. José Pardal, que lhe colocou estas questões, e lembrou que tinha sugerido, numa reunião de Câmara, que se constituísse um grupo de trabalho que se debruçasse sobre as questões da habitação social, estando a preparar um documento que servirá de Regulamento de Habitação Social, porque existem problemas gravíssimos em todos os bairros sociais; a Câmara Municipal, sendo proprietária, não está a cumprir com as suas obrigações, que devem ser cumpridas, para poder ser exigido aos outros que as cumpram. Alertou para a necessidade urgente de se ponderar a criação de uma comissão que vise, exactamente, ajudar a resolver esta problemática da habitação social, para que possam ajudar a resolver muitos problemas que existem, como por exemplo a criação de condomínios, pois não têm campainhas, não têm luz na escadaria, não há limpeza das mesmas, etc., e é necessário pôr cobro a esta situação; quando exigem aos munícipes que cumpram a Lei, a Câmara também o deverá fazer, cumprindo a sua parte.

O Senhor Presidente respondeu que a Senhora Vereadora tem um grupo de trabalho a elaborar o Regulamento Interno sobre Habitação Social, mas agradeceu todas as sugestões que os Senhores Vereadores possam fazer chegar a este propósito. A questão do condomínio, de acordo com a Lei, deveria ser da responsabilidade do Município, mas isso nunca assim funcionou, pelo que se irá trabalhar no problema e dar um rumo para a resolução deste assunto.

O Senhor Vereador José Pinto questionou sobre a sua proposta de criação de uma brigada de intervenção rápida, e se já estava no terreno a trabalhar.

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Director do Departamento de Obras e Planeamento, Eng.º Jorge Vieira, que esclareceu que os serviços operativos da Câmara têm feito intervenções pontuais, até agora, porque ainda não foi feita uma intervenção global mas que, sempre que existem situações, por exemplo ao nível das coberturas, que indiciam entupimento dos caleirões e tubos de queda, são feitas essas intervenções. Está-se a preparar uma intervenção anual, através da contratação de serviços de limpeza, para a limpeza de todas as coberturas dos edifícios que são da responsabilidade do Município;

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

informou ainda que existe um número reduzido de funcionários que têm de fazer face a outros pedidos de colaboração, para os quais também tem que se dar atenção.

O Senhor Vereador José Pinto salientou que se estava a referir aos casos concretos que apresentou e foi sobre esses que questionou, lamentando ainda, que a Câmara tenha poucos funcionários para fazer estas intervenções tão urgentes, resultando nesta incapacidade interventiva junto da habitação social.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira respondeu que ainda não foram intervencionados todos os casos apresentados pelo Senhor Vereador, porque se tentou resolver os que eram mais urgentes, tendo sido necessário “desdobrar” os serviços para outras situações, estando por isso o trabalho realizado apenas de forma parcial.

O Senhor Vereador Joaquim Matias lembrou que, quando deixou de exercer funções na Câmara Municipal, em 02 de Janeiro de 2006, quer a habitação social, quer as lojas sociais funcionavam em pleno, não existindo os problemas que hoje existem, devido à falta de investimento na conservação e manutenção das mesmas.

. *Sra. D. Catarina* – solicitou a colocação de abrigos de passageiros na Rua Campos Melo e pediu que fosse limpo um terreno anexo à sua residência, bem como a vedação de arbustos que existe num muro contíguo à sua casa.

O Senhor Presidente respondeu que as questões que são da responsabilidade do Município irão ser tratadas; quanto às outras questões apresentadas são do foro judicial, pelo que não poderão intervir.

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas por unanimidade, com excepção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 11:45 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 4.125,00 €

O Presidente, _____

ACTA DA REUNIÃO DE 20/12/2013

A Directora do Departamento de Administração Geral _____